



Prefeitura Municipal de Rio Claro
Estado de São Paulo
Secretaria Municipal da Educação



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE REUNIÃO DO SEMINÁRIO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EIXO II.2 I - 16/06/12

Os dezesseis dias de junho de 2012 (dois mil e doze) estiveram reunidos os participantes dos Eixos I e II para garantir maior propriedade nas discussões. Estavam presentes 15 (quinze) pessoas. Lígia Carrasco e Ricardo Hardth foram os mediadores das discussões. Lígia iniciou lendo a Proposta Metodológica e solicitando que os participantes opinassem sobre a dinâmica do encontro e se apresentassem. Ricardo, facilitador do Eixo I, iniciou a leitura da Meta 1 e das estratégias seguintes. Na 6ª estratégia, Samira, fez considerações acerca dos casos de crianças que permanecem sob os cuidados de terceiros após os 18 meses enquanto seus pais trabalham; destaca a importância da conscientização. Alessandra lembra que o referido assunto está contemplado no eixo que discute educação integral. Josiane resalta a importância do levantamento da demanda para obter dados que permitam atendimento. Com relação à Meta 2, Josiane solicita a inserção da estratégia referente à questão de espaço adequado para educação infantil. Lígia acredita que o assunto será discutido no Eixo 2 e, se não for o conteúdo, solicita retomarmos a discussão. Prosseguiu-se a leitura. Andréa questiona se existe previsão de contratação de profissionais responsáveis pelo diagnóstico de deficiência desde a educação infantil. Lígia lembra a impossibilidade legal para contratação desses profissionais que são do âmbito da saúde. Samira resalta a importância do Atendimento Educacional Especializado que tem como uma de suas funções, a identificação de crianças em possível condição de deficiência. Jefferson lembra que já houve equipe multidisciplinar antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei nº 9394/96, e Alessandra resalta que o Tribunal de Contas não permite. Custiane destaca a importância de termos clareza sobre as funções de cada área, pois a educação inclui o atendimento educacional e, a saúde, o atendimento terapêutico. Sérgio destaca que em

nosso município há o Crear que conta com profissionais habilitados para lidar com síndromes transtornos e distúrbios como Dislexia, por exemplo. Todavia, esses mesmos profissionais se queixam dos encaminhamentos desnecessários quanto aos problemas de comportamento e ausência de valores e limites. A discussão segue sobre a dificuldade de distinção entre dificuldades que possam interferir na aprendizagem. Não cabe ao professor diagnosticar, mas sim olhar atentamente, com cuidado para cada criança. Samira destaca a importância de conhecimento do professor quanto ao desenvolvimento infantil que lhe permite ter parâmetros para esse acompanhamento. Ricardo, como facilitador, solicita retomarmos as discussões para que façamos propostas. Adriano destaca que a instituição de saúde citada tem como função avaliar, identificar e atender e por orientar os casos encaminhados. Sérgio faz consideração importante sobre a necessidade de promovermos trabalhos em parceria nos casos em que há abuso e violência contra crianças pequenas, pois sabe de situações rigorosas e que o desconhecimento por parte dos professores, causa sofrimento. Retomamos a leitura do documento. Após a leitura da Meta 5, Patrícia solicita a inserção de Conselho Tutelar junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A título de esclarecimento Adriano traz dados quantitativos que apontam a redução do número de alunos com deficiência quando saem do ensino fundamental pelos iniciais, com redução ainda maior no ensino médio. Todavia, há aumento desse número na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir das considerações sobre violência, feitas pelo Sérgio, o grupo discute sobre questões reais sobre as dificuldades encontradas no cotidiano escolar. Para subsidiar Sérgio, enquanto vereador na proposição legal sobre o assunto, foram oferecidas sugestões de grupos que estudam e discutem a temática como o Gopen e o Laprev. Retomamos a leitura e nas metas 6 e 7, Sérgio e Adriano fazem destaque. Sérgio considera necessária atenção na terminologia de merenda para alimentação escolar porque a primeira tem como conotação "lanchinho" e o que oferecemos na escola são alimentos adequados para o desenvolvimento dos alunos. Adriano, em seu destaque, lembra que

cada sistema de ensino é responsável, integralmente, pelo seu aluno; ressalta que a rede estadual não cumpre com essa obrigação e o município paga pela alimentação e transporte na sua totalidade. Sérgio pede esclarecimento se crianças e jovens atendidos em projetos que complementam o período de escolaridade se são considerados alunos no momento de destinação da alimentação escolar. A resposta foi positiva. Na mesa 8, Adriano acredita na possibilidade de parceria entre estado e município a medida que o primeiro repasse ao segundo, os custos de manutenção do transporte, em virtude da facilidade que o município possuiar logística. Sérgio evidencia dificuldade de compreensão sobre os custos do transporte mantido pelo município porque são alunos e sugere a criação de grupo para discussão. O termo "justiça restaurativa" foi enfatizado pelo Jefferson, o que Sérgio coloca como novidade, pois se trata de nova terminologia e há estudos sobre essa questão. Samira ressalta a necessidade de mais debates sobre a questão da violência, inclusive a importância de sugestões de temas para esses debates/encontros. Jôiane colocou a importância da SME ouvir os professores na organização de formações/encontros/simpósios, pois eles sabem da necessidade dos temas que realmente são essenciais. Esgotadas as discussões do Eixo I, Sérgio inicia a leitura do Eixo II. Com relação à estratégia 1, Samira diz que concorda com o texto, mas demonstra preocupação com relação à possível obrigatoriedade de alfabetização na educação infantil. Adriano diz que a Comissão do Plano discutiu o que é alfabetização e o entendimento é que o aluno tenha pleno domínio da leitura e da escrita. Samira argumenta, ainda, sobre suas preocupações. Jôiane sugere inserção no texto que inclua os referenciais vigentes. A importância do brincar na Educação Infantil foi discutida na apresentação de aprendizagem e aquisição de conhecimento. Lígia lembra que nas discussões da Comissão destacou que está numa escola de Educação Infantil e reconhece o excelente resultado alcançado. Porém, acredita que ao ingressar no ensino fundamental a criança passa por mudanças e processo de adaptação que se reflete na

aparente "desarticulação" entre educação infantil e ensino fundamental. Andréa comenta que existem bons professores e aqueles que não têm o mesmo compromisso. Além disso, destaca que no ensino fundamental há muitas cobranças, dos pais, por exemplo. Alessandra contribui sobre a importância da educação infantil trabalhar com o contexto letrado, lembrando as pesquisas de Emília Ferreira com 4 e 5 anos que desenvolveram leitura e escrita. Adriano destaca a diferença existente entre a educação infantil oferecida aos filhos dos menos favorecidos e os mais abastados que, habitualmente, saem alfabetizados da educação infantil. Cristiane acredita na necessidade de compreender o que e como fazer em todas as escolas da rede municipal, sem que haja algo de uma ou de outra escola. Samira defende a experiência que tem que o Referencial Curricular Nacional (RCN), desde 1998 já apresenta; cita a Diretriz de 2009 e lembra que não podemos citar só brincar, mas que a criança tenha possibilidade de outros contatos. Josiane explica sua posição de incluir a legislação no texto da estratégia porque a compreensão do brincar, em algumas situações, se esvazia de seu sentido. Lembra que existem tentos de consulta pública que ponderam a importância do brincar e do convívio que a criança tenha com situações da alfabetização. Sérgio diz que a Educação Física da escola dos anos finais do ensino fundamental e médio perdeu seu significado; lembra a importância de brincar para ser feliz, para o bom desenvolvimento. Destaca que o HTPC pode ser o momento de discutir o que o professor tem que fazer e cita o Folclore, por exemplo, como forma de brincar e adquirir conhecimento que valoriza nossa cultura. Mariana lembra que a partir das discussões do momento, há consenso entre a necessidade de articulação entre educação infantil e ensino fundamental. Apresenta a importância de garantir as especificidades de cada modali-

dade e inclui o embasamento dos documentos referenciais. Quanto a estratégia 5 da meta 10, Sérgio questiona a inserção das escolas da rede estadual de ensino. Andréa sugere que haja conversas/articulações com os diretores e professores coordenadores da rede estadual para facilitar. Ricardo diz que tramita nas duas redes - municipal e estadual - e, na sua opinião, precisamos parar de culpa-
lizar um ou outro. Quanto à estratégia 6, Patrícia sugere mudança da redação com relação à presença de monitores para que estes sejam apoio e responsáveis pelos cuidados dos alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Sugere-se inserir na meta 4, sala de leitura ao invés de biblioteca. Josiane sugere inserir outra estratégia que assegure a construção de escolas municipais (públicas) com espaços reservados para sala de leitura, brinquedoteca, parque, dentre outros. Adriano sugere que este seja um artigo a constituir o corpo de lei. Na última meta, Sérgio acredita na necessidade de criar mecanismos que auxiliem os alunos para constituir Grêmios Estudantes. Adriano entende que é fundamental uma gestão democrática nas escolas, primeiramente. Jeferson concorda com a gestão democrática deve ser praticada e cita as dificuldades, inclusive entre os membros do Conselho de Escola, do exercício participativo. Propõe a criação de um Grupo de Formação e Fortalecimento dos Conselhos. Adriano se posiciona dizendo que a gestão democrática não pode ser confundida com tutelamento que transfere para o outro o poder, como por exemplo, à SME. Mariana sugere alteração da redação da meta 2 de modo que a autonomia do Grêmios seja garantida. Adriano lembra que hoje na rede municipal somente duas escolas têm Grêmios Estudantes. A importância da construção da gestão democrática foi desvirtuada tendo em vista a necessidade de construir esse exercício. Sérgio sugere que o grupo de articulação

seja euado por lei, por seu intermédio como vereador,
na Câmara Municipal. As discussões foram encerradas
agradecendo a participação de todos e convidando-os
para plenária onde as propostas serão votadas. Nada
mais a ser declarado, eu, Patrícia C. Rosalen lavo e as-
sino a presente ata.

